

Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica

Matheus Pepe Crespo^{1*}

Resumo

O conceito de território tem estado em grande evidência nos estudos geográficos contemporâneos. O atual momento histórico, em que a relação sociedade-meio vem sendo debatida ainda mais intensamente, devido às novas formas de produção e apropriação do espaço geográfico pelos diversos atores da sociedade, bem como pela emergência de fenômenos pós-modernos, ligados à globalização e ao meio técnico-científico-informacional, faz-se necessário que o geógrafo esteja devidamente instrumentalizado para responder as novas questões que se colocam. Devido a sua flexibilidade, o conceito de território pode exercer papel preponderante, desde que se tenha em mente que sua complexidade exige exercício contínuo de análise e atualização pelos profissionais da Geografia.

Introdução

Etimologicamente a palavra território vem do latim *territorium*, que significa pedaço de terra apropriado. O vocábulo latino *terra* é fundamental para se entender o significado da palavra território, pois explicita sua estreita ligação com a terra, como um fragmento do espaço onde se constroem relações tanto de base materialista quanto de base idealista. É importante salientar o caráter político do conceito quando estudamos sua origem etimológica, já que nela constata-se um caráter dúbio, onde se confundem as palavras *territorium* no sentido de apropriação da terra com *térreo* ou *terror* no sentido de aterrorizar, ou aquele que aterroriza. (HAESBAERT, 2009, p. 43)

Sobre isso, comenta Haesbaert:

De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar essa analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou direta ou indiretamente estes dois sentidos: um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto a território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o 'território' inspira (por exemplo, de medo pra quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam). (HAESBAERT, 2009, p. 43-44).

O conceito de território tem ganhado grande importância especialmente a partir da década de 1960, quando aparecem as primeiras abordagens mais específicas e cientificamente sistematizadas sobre o tema. Devido a sua grande amplitude, ganhou abordagens diversas, desde a Biologia, mostrando o território animal; passando pela Sociologia, abordando especialmente sua construção a partir de relações sociais; pela Antropologia, destacando sua dimensão simbólica a partir do estudo de comunidades tradicionais, pela Ciência política, destacando o território estatal; pela Economia, situando-o como base da produção; e pela Psicologia que adiciona os fatores abstratos da busca de identidade pelo indivíduo. (HAESBAERT, 2009, p. 37).

¹ Graduando em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Centro. E-mail: matheus_pepe@yahoo.com.br.

A abordagem deste trabalho baseou-se nas concepções geográficas de território, enfatizando sua materialidade e suas múltiplas dimensões no que se refere à relação sociedade-natureza. Dentro do debate geográfico, surgem abordagens importantes na análise territorial que levam em conta: sua diferenciação em relação ao conceito de espaço; a dualidade materialismo-idealismo; e as quatro dimensões principais do conceito: econômica, política, cultural e natural.

Objetivos

Este trabalho pretende realizar um estudo acerca do conceito de território e sobre a sua possibilidade de consolidar-se como uma importante ferramenta teórica para o profissional da Geografia no atual momento histórico, em que a ebulição altamente veloz de fenômenos sócio-espaciais decorrentes do processo de globalização/fragmentação, da pós-modernidade, bem como da lógica da fluidez e da simultaneidade característica do meio técnico-cinetífico-informacional, exigem respostas mais ágeis e flexíveis, provocando certa dificuldade de acompanhamento nas análises geográficas. Espera-se ainda com este trabalho, oferecer uma contribuição para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

Outros objetivos que este trabalho pretende atingir consistem na apresentação do conceito levando em consideração: as diversas análises já realizadas pela Geografia; a sua mutação de acordo com as escolas geográficas; seu caráter multidimensional, destacando sua materialidade; e sua diferenciação em relação ao conceito de espaço.

Metodologia

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.83).

Este trabalho assume característica de pesquisa bibliográfica, pois recorre a material já existente, dando ênfase a livros e artigos científicos. Buscou-se realizar uma revisão da literatura sobre o conceito de território, considerando especialmente as abordagens geográficas sobre o tema. A partir disto foi feita uma problematização, visando destacar as diversas influências que o conceito sofreu ao longo do tempo pelas várias escolas da Geografia, evidenciando as diferenças teóricas existentes. Também se buscou aparatos científicos que respaldassem uma tentativa de elucidação das diferenças entre o conceito de território e de espaço, frequentemente confundidos entre si.

Contribuições Geográficas

Território e Espaço Geográfico

Muitas vezes o conceito de território aparece confundindo-se com o conceito de espaço. No senso comum dificilmente há uma distinção clara entre eles. O fato é que nem mesmo na própria ciência geográfica



há consenso com relação a esta diferenciação. Os conceitos, bem como a distinção entre eles, variarão de acordo com a escola da geografia à qual pertença o cientista, e também de acordo com as variadas dimensões e metodologias de análise sobre a realidade dos fenômenos geográficos.

Alguns autores realizam uma diferenciação pautada no método; para estes enquanto território é um conceito, o espaço seria uma categoria geral de análise da Geografia, ou até mesmo seu objeto. Moraes (2000, p. 17) explicita isso quando diz que “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território.”

Na escola da Geografia Crítica, quando comparamos as análises feitas por Claude Raffestin e Milton Santos, percebemos uma diferenciação de ideias a respeito dos conceitos de espaço e território. Santos (2000, p.2), por exemplo, faz uma distinção entre o “*território em si*” e o “*território usado*”, em que o primeiro aparece como “forma” e o segundo permeado por “objetos e técnicas”. Comumente também vemos suas análises utilizando os conceitos de *espaço natural* (que muito se aproxima do território em si) e de *espaço geográfico* (que se confunde com o conceito de território usado). Ou seja, suas análises podem aproximar os dois conceitos a quase sinônimos, se considerarmos estas distinções.

Para Santos (2002, p.247), o território, anterior ao espaço geográfico e, portanto, à base material, “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico.” Espaço geográfico para Santos (2002, p.63) seria “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

O conceito de *espaço geográfico* de Santos que aparece como sinônimo de *território usado*, é sem dúvida inspirado na definição de Henri Lefebvre de “*espaço social*”, quando diz que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 1976, p.34).

Talvez a distinção mais clara e clássica da geografia sobre estes dois conceitos tenha sido elaborada por Raffestin (1980, p. 143), quando diz que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

E complementa:

O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática. (ibidem, p.144).

Esta definição de Raffestin contradiz a consideração de Santos quando diz que "A utilização do território pelo povo cria o espaço." (SANTOS, 1978, p. 189) Ou seja, enquanto Santos parte do território em si,

como algo dado, para a construção do espaço geográfico, Raffestin faz justamente o contrário, partindo do pressuposto que o espaço é algo dado, e quando apropriado transforma-se em território.

É importante ressaltar que a complexidade do conceito de território é tão evidente que levou o próprio Milton Santos a alterar sua concepção a respeito do mesmo ao longo de sua trajetória intelectual, especialmente em *A Natureza do Espaço*, quando o autor deixa explícito um pensamento que muito se assemelha ao de Raffestin, caracterizando território como espaço apropriado socialmente.

Marcelo Lopes de Souza (2009) oferece contribuição a esse debate, quando concordando com Raffestin, diz que o espaço é anterior ao território. Entretanto critica a visão de Raffestin, no que ele chama de “*coisificação*” do território, quando este autor incorpora ao conceito o próprio substrato material, vale dizer, o espaço social. Diz o autor que “se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território.” Conforme Souza:

... pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervilhante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas e cobertas pela selva; esta cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo ‘morreu’ em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja. (SOUZA, 2009, p. 97).

Concordamos com Souza quando diz que nem todo espaço social é um território, ou que o território não é o espaço social em si, mas ressaltamos que o autor, ao exemplificar, usa a cidade-fantasma como um espaço social. Problematizando, pode-se entender que esse espaço seria social, apenas por ter sido socialmente construído em algum momento da história, entretanto ao “morrer” em termos de dinâmica social, como diz o autor, deixa de ser espaço social, ao menos na conceituação de Lefebvre, para se tornar uma paisagem, em sua caracterização residual².

O território multidimensional

Após a diferenciação entre espaço e território, deter-nos-emos mais na especificidade do segundo, nomeadamente no que diz respeito à sua dualidade materialismo-idealismo. Segundo Haesbaert (2009, p. 41), esta dualidade pode ser desdobrada ainda em duas outras perspectivas: a visão “*parcial*” de território, que enfatiza uma única dimensão (política, econômica, cultural ou natural), ou a visão “*integradora*” de território que envolve conjuntamente todas as dimensões. A escolha entre as várias perspectivas de aplicação do conceito de território na análise geográfica depende dos referenciais ideológicos e da posição filosófica do pesquisador.

Sobre a dualidade do conceito de território, Haesbaert salienta que:

Dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente ‘determinada’ pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que o território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra. (HAESBAERT, 2009, p.42).

E complementa dizendo:

² Segundo Santos: “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.[...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objeto” (SANTOS, 2008a, p. 103).

... muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, perpassou direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um, predominantemente, dizendo respeito à terra e, portanto ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o território inspira. (ibidem, p. 43-44).

Dentro da concepção materialista de território, Haesbaert (2009, p. 44) situa três das quatro dimensões: i) naturalistas, ii) econômicas e iii) políticas, ressaltando que se trata de divisões arbitrárias para fins de análise e é possível que, em muitos casos, haja diálogo e uso mútuo dos campos materialistas e idealista pelo pesquisador, ainda que sempre exista ênfase em um deles.

A concepção naturalista de território pode ser concebida em sua vinculação com o comportamento animal, bem como na relação sociedade-natureza. Sobre a primeira concepção, vale ressaltar a visão neodarwinista de Robert Ardrey, (*apud* HAESBAERT, 2009, p. 56) de que não só o homem é uma “espécie territorial”, como este comportamento territorial corresponde ao mesmo que é percebido entre os animais. Haesbaert fala sobre o grande perigo da vinculação desta territorialização animal com a humana, e ressalta que a concepção naturalista de território não deve aparecer dissociada da relação da sociedade com a natureza e vice e versa. Haesbaert comenta que:

Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar esta dimensão ‘natural’, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. No fundo, a razão está com autores como Bruno Latour (1991), para quem movemo-nos muito mais no campo dos ‘híbridos’ sociedade-natureza. (HAESBAERT, 2009, p. 55).

Dentro da dimensão econômica de território temos aqueles cientistas que concebem o território como fonte de recursos, e aqueles que usam as relações de produção dentro de determinada sociedade como o fundamento para compreender o conceito de território. Da primeira vertente pode-se citar a conceituação de Maurice Godelier:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto do espaço sobre o qual uma sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER *apud* HAESBAERT, 2009, p. 56).

A segunda vertente desta dimensão do território, encontra eco principalmente entre autores de cunho filosófico-ideológico marxista, como o caso de Milton Santos. Para ele o “uso” do território é o principal definidor do território. E esse uso está diretamente relacionado ao uso pelo modo de produção, ou pelos atores hegemônicos da sociedade, sempre no sentido de garantir sua reprodução e seus interesses particulares.

Milton Santos argumenta que:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (SANTOS *apud* HAESBAERT, 2009, p. 59).

Ainda sobre território, e seu controle ou uso pelo modo de produção e seus agentes hegemônicos, Santos (2008a, p. 231) diz que: “O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação.”

No estudo da dimensão econômica do território, ou do espaço geográfico para Santos, é importante ressaltar o papel das técnicas, com destaque para o conceito de meio técnico-científico-informacional, terceiro grande período técnico na caracterização elaborada por Santos, que o classifica como “a cara geográfica da globalização.” Esse novo meio incide frontalmente no território, introduzindo novos processos, como o aumento brutal da fluidez e da instrumentalização, ainda que flagrantemente seletiva.

O uso mais vigoroso do território pelas relações de produção sem dúvida acelera a dinâmica territorial de des-territorialização e re-territorialização. Também cria *espaços luminosos*, e *espaços opacos*, ou espaços (de inclusão) que se demonstram “competitivos” e com maior densidade técnica e, aqueles (de exclusão) que se posicionam marginalmente na globalização. (SANTOS, 2008a).

Sobre a dimensão política de território, certamente pode ser considerada a mais clássica. Aqui, as relações de poder são o principal fator a ser considerado na análise. A forma mais tradicional de uso deste conceito está ligada à associação feita entre ele e o Estado, porém há de ser reconhecido que o território é instituinte do Estado que o instituiu. Ratzel (apud HAESBAERT, 2009, p.63) comenta que “Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado”.

Neste sentido Ratzel elabora o conceito de *espaço vital*, de origem biogeográfica, que seria na leitura de Haesbaert (2009, p.66) “o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização considerados os recursos aí disponíveis, que na leitura do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente.”

Na concepção de Gottman (apud HAESBAERT, 2009, p. 67), o território seria “a unidade política” no mundo “compartimentado”, ou em outras palavras seria um “compartimento do espaço politicamente distinto.”

O território também pode ser construído sob perspectiva idealista. A cultura, os códigos étnicos, a religião também são formas de apropriação de um determinado espaço. Esta dimensão territorial tem “referências muito mais enfáticas a estes ‘poderes invisíveis’ que fazem parte do território”, tais como mitos e símbolos que podem “mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo como tal.” (HAESBAERT, 2009, p. 69).

Considerações Finais

Os fenômenos decorrentes da lógica da globalização impactaram profundamente as análises geográficas. Faz-se fundamental neste período histórico, que o profissional da geografia revise constantemente seus fundamentos teóricos, para evitar que suas ferramentas de análise tornem-se defasadas ou ineficazes. Primeiramente é preciso salientar que nenhum conceito oferece resposta para todos os fenômenos, bem como nenhuma metodologia pode ser considerada imbatível, ainda mais no universo altamente relativo das ciências humanas. Tão pouco se pretende aqui afirmar isso com relação ao conceito de território, mas sim mostrar sua importância e sua aplicabilidade nos dias atuais.

O conceito de território, devido à sua flexibilidade e ao seu caráter multidimensional e multiescalar, representa uma ferramenta perfeitamente apropriada nos dias de hoje. Ele pode ser utilizado tanto para analisar produções econômicas ou políticas do espaço (na sua perspectiva material), como também outras formas de relacionamento do homem com seu meio, tais como a religiosidade, a cultura ou as manifestações étnicas (na sua perspectiva idealista). O território, entendido como um espaço socialmente apropriado, pode ser aplicado tanto em estudos sobre formas de apropriação local do espaço, quanto regional, nacional, ou supranacional, o que não o submete a limitações impostas pelas escalas geográficas.

Resguardada sua complexidade e utilizado de maneira apropriada, o conceito de território possui características que possibilitam ao cientista adaptá-lo de acordo com sua necessidade de análise. Esta capacidade adaptativa está refletida nos crescentes usos de suas principais variações conceituais, a *territorialidade* (especialmente utilizado para análises da Geografia Cultural), o binômio *desterritorialização/*

reterritorialização (muito usado nas análises materialistas) e a perspectiva do *ordenamento territorial* (facilmente aplicável nas análises materialistas, principalmente de Geografia Urbana).

Referências

- CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: Por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F.G.; SOARES, L. A. (Orgs.) *Ordenamento Territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-53.
- CORREA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 2000.
- GEORGE, Pierre. *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, F. G. B. (Orgs.). *Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007. v. 1.
- _____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- _____. Ordenamento Territorial. *Boletim Goiano de Geografia (UFG)*, v. 26, n.1, jan./jun. 2006.
- _____. PORTO-GONÇALVES, Carlos-Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- _____. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia (UFF)*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.
- LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado ao público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. *Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-107.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- SALLES, Ignez Helena. *Conceitos de geografia física*. 2 ed. São Paulo: Ícone Editora, 2002.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Por Uma Nova Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. et al. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 17., 2000, Florianópolis.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVEIRA, M.L. América Latina: por uma pluralidade de pactos territoriais. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N.; CORREA, A.M. (Orgs.) *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p.123-141.

SOARES, L.A. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F.G. (Orgs.) *Ordenamento Territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 61-82

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M. de; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.